

Fiesp entrega sua emenda a Ulysses

BRASÍLIA — O Presidente da Fiesp, Mário Amato, entregou ontem ao Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, emenda popular com mais de 250 mil assinaturas dispondo que a ordem econômica deverá ser organizada dentro do respeito à livre iniciativa, preservado o direito de propriedade e proibida a intervenção estatal no processo econômico que resulte em limitação à rentabilidade da empresa privada. Ulysses observou que, como as demais camadas representativas da sociedade, o empresariado também comparece para fazer propostas à Constituinte, e prometeu encaminhá-la à Comissão de Sistematização.

— Não queremos privilégios. Defendemos um Brasil forte, irmanado no capital e no trabalho — disse Amato ao entregar a emenda, acompanhada de outra que pretende manter a estrutura, organização e fontes de receita das entidades mantidas

pela indústria e pelo comércio (Senai, Sesi, Senac e Sesc).

Ao dirigir-se a Ulysses, afirmou:

— Ele será o nosso homem, que vai fazer com que este País tenha aquilo que nós desejamos.

A emenda garante o direito de propriedade ao determinar que não haverá expropriação, salvo em casos definidos previamente em lei, de necessidade ou utilidade pública ou de interesse social, mediante "prévia e justa indenização em dinheiro". Estabelece também que a economia será organizada segundo as leis de mercado, cabendo preferencialmente às empresas privadas, com o estímulo, apoio e fiscalização do Estado, explorar a atividade econômica. O desempenho da atividade econômica pelo Estado seria feito "em caráter excepcional". A emenda prevê ainda a participação do trabalhador no resultado da atividade econômica.

Amato afirmou ser contra a inclusão de dispositivo sobre a duração da jornada semanal de trabalho, afirmando que a Carta não deve proibir que se trabalhe mais de 40 horas, pois isto tem que ficar "a critério de uma negociação entre empregador e empregados". Em sua opinião, este é um assunto a ser regulado pela lei ordinária. Sobre a estabilidade, disse que algo deve ser feito para dar alguma garantia no emprego, mas não disse o quê.

— Não somos pela demissão imotivada. Tem que haver razões preponderantes.

O Plano Bresser, segundo ele, ajuda o País a sair de uma "situação tremendamente difícil"; mas é um "remédio amargo". Lembrou que no mês passado houve 40 mil demissões, mas disse ter informações de que o comércio está sendo reativado e que será possível começar a readmitir.